Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme.

10 de Fevereiro de 2007. — A Adjunta da Conservadora, *Manuela Gonçalves*.

2009728254

IMPORTE — COMÉRCIO INTERNACIONAL, S. A.

Anúncio n.º 7681-QB/2007

Conservatória do Registo Comercial de Alcanena. Matrícula n.º 561/19920902; identificação de pessoa colectiva n.º 502829524; data de depósito: 20050629.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2004.

Está conforme o original.

19 de Dezembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Orlinda Maria Mateus Henriques Ferreira Gomes*.

2012481906

INCA — PENTEADOS, L.^{DA}

Anúncio n.º 7681-QC/2007

Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca de Xira. Matrícula n.º 2819/931015; identificação de pessoa colectiva n.º 503092070; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 3/20020306.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi registado o seguinte:

1) Aumento de capital, sendo o montante do aumento de 602 410\$, realizado em dinheiro, subscrito por ambos os sócios em partes iguais, em reforço das suas quotas.

2) Alteração parcial do contrato, tendo sido alterado o artigo 3.º, qual passa a ter a seguinte nova redacção:

Artigo 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma de valor nominal de 2500 euros, pertencente à sócia Margarida Maria Castanho Riço Silva e uma de valor nominal de 2500 euros, pertencente ao sócio José Joaquim Lopes da Silva.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

22 de Fevereiro de 2007. — A Ajudante Principal, *Célia Maria Namorado da Silva Perú*.

1000311507

INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO TRÊS HORAS, L.^{DA}

Anúncio n.º 7681-QD/2007

Conservatória do Registo Comercial de Paços de Ferreira. Matrícula/identificação de pessoa colectiva n.º 504270923; data: 30062005; pasta n.º 1306/981019.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o depósito da prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme.

6 de Dezembro de 2006. — A Adjunta da Conservadora, *Manuela Gonçalves*.

2011119480

INDUTAN — COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PELES, S. A.

Anúncio n.º 7681-QE/2007

Conservatória do Registo Comercial de Alcanena. Matrícula n.º 531/19930121; identificação de pessoa colectiva n.º 502907649; data de depósito: 20050628.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas do exercício de 2004.

Está conforme o original.

19 de Dezembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Orlinda Maria Mateus Henriques Ferreira Gomes*.

2012481957

INERZIA — COMÉRCIO DE CONFECÇÕES, L.^{DA}

Anúncio n.º 7681-QF/2007

Conservatória do Registo Comercial das Caldas da Rainha. Matrícula n.º 3729; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 20/20041119.

Certifico que entre Maria da Luz Ferreira Matias Hilmer, viúva, e Maria Odete Rodrigues Estrada, solteira, maior, foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo contrato constante dos artigos seguintes:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma INERZIA — Comércio de Confecções, L.^{da}

Artigo 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede na Avenida do 1.º de Maio, 12-A, freguesia de Nossa Senhora do Pópulo, na cidade e concelho das Caldas da Rainha.

2 — Por deliberação da gerência a sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 — A gerência poderá criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação social, onde e quando o julgar conveniente.

Artigo 3.º

A sociedade tem como objecto: comércio de vestuário e acessórios, sua importação e exportação.

Artigo 4.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5000 euros e corresponde à soma de duas quotas, uma do valor nominal de 4000 euros, pertencente à sócia Maria da Luz Ferreira Matias Hilmer e outra do valor nominal de 1000 euros, pertencente à sócia Maria Odete Rodrigues Estrada.

Artigo 5.º

Por deliberação unânime dos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares até ao dobro o capital social, desde que naquela deliberação sejam fixados os respectivos termos e condições.

Artigo 6.º

Poderão ser feitos suprimentos à sociedade desde que, por deliberação unânime dos sócios, sejam fixados os respectivos termos e condições.

Artigo 7.º

1 — A administração e gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado, incumbirá a sócios ou não sócios, designados em assembleia geral.

2 — A sociedade obriga-se validamente, em todos os seus actos e contratos, com a intervenção de um gerente.

3 — Fica desde já nomeada gerente a sócia Maria da Luz Ferreira Matias Hilmer.

Artigo 8.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo que estas tenham objecto diferente do seu ou sejam reguladas por leis especiais, podendo ainda integrar agrupamentos complementares de empresas e constituir associações em participação e consórcios.

Artigo 9.º

1 — A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre os sócios, mas a cessão a estranhos carece do consentimento da sociedade, que goza de direito de preferência, em primeiro lugar e os sócios não cedentes, em segundo lugar.

2 — Caso mais do que um sócio deseje exercer direito de preferência, na falta de acordo, as cessões serão feitas na proporção

das quotas que cada um dos preferentes já detenha na sociedade, observados que sejam os condicionalismos legais quanto ao valor das quotas.

3 — Na comunicação quanto à cessão de quotas e ao exercício do direito de preferência, com as devidas adaptações, observar-se-á o disposto nos artigos 414.º e seguintes, do Código Civil.

Artigo 10.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Se a quota for cedida a não sócios sem o prévio consentimento da sociedade;
- c) Se a quota for penhorada, arrolada ou arrestada ou, em geral, apreendida judicial ou administrativamente;
- d) Se o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- e) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- f) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- g) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio; e
- h) Por exoneração ou exclusão de um sócio.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou a terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário, ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

Artigo 11.º

Sem prejuízo do disposto no artigo 54.º do Código das Sociedades, as assembleias gerais serão convocadas por carta registada, dirigida aos sócios com pelo menos 20 dias de antecedência.

Foi conferida e está conforme.

30 de Novembro de 2004. — A Escriturária Superior, *Maria Emília Gomes Coutinho Rocha*.

2007156296

INESC MICROSISTEMAS E NANOTECNOLOGIAS — INSTITUTO DE ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTADORES PARA OS MICROSISTEMAS E AS NANOTECNOLOGIAS.

Anúncio n.º 7681-QG/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1.ª Secção. Matrícula n.º 356/050222; identificação de pessoa colectiva n.º 505432978; inscrições n.ºs 1 e 2; números e data das apresentações: 10 e 11/050222.

Certifico que foi registada a constituição de pessoa colectiva de utilidade pública em epígrafe, que se rege pelos seguintes estatutos:

Estatutos

CAPÍTULO I

Denominação, duração, sede e objecto

Artigo 1.º

1 — O INESC Microsistemas e Nanotecnologias, Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores para os Microsistemas e as Nanotecnologias, a seguir designado abreviadamente por INESC Microsistemas e Nanotecnologias, é uma associação científica e técnica sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado.

2 — O INESC Microsistemas e Nanotecnologias tem a sua sede na Rua de Alves Redol, 9, freguesia de São João de Deus, concelho de Lisboa, podendo ser transferida mediante deliberação do conselho geral, para qualquer outro local do País.

3 — O INESC Microsistemas e Nanotecnologias pode filiar-se, associar-se ou aderir a organismos com objectivos afins, nacionais, estrangeiros ou internacionais, bem como criar delegações ou qualquer outra forma de representação, dentro ou fora do País.

Artigo 2.º

1 — O INESC Microsistemas e Nanotecnologias tem por objecto contribuir para o reforço do conhecimento em áreas específicas da microelectrónica e da micro e nano-fabricação, através da realização de actividades de investigação e desenvolvimento, da prototipagem, da transferência de tecnologia e da formação de recursos humanos.

2 — O INESC Microsistemas e Nanotecnologias funciona, ainda, como infra-estrutura de interesse nacional no apoio a projectos de investigação que requeiram o fabrico de micro e nano-dispositivos.

3 — As áreas estratégicas de investigação e desenvolvimento em que o INESC Microsistemas e Nanotecnologias opera são, respectivamente:

- a) Microsistemas electromecânicos (MEMS);
- b) Armazenamento magnético de dados (armazenamento em disco duro e memórias não voláteis);
- c) Biochips;
- d) Sensores;
- e) Electrónica em grandes superfícies;
- f) Simulação computacional.

4 — Constituem, entre outras, atribuições do INESC Microsistemas e Nanotecnologias:

a) A promoção de acções de sensibilização, junto às organizações, através de acções de consultoria, demonstração e formação, pela utilização estratégica de técnicas e tecnologias avançadas como factor crítico de sucesso no reforço das suas competências centrais;

b) O apoio estratégico às empresas na identificação de soluções tecnológicas optimizadas para a concepção inovadora de produtos e ou melhoria dos processos por forma a promover a sua diferenciação, competitividade, produtividade e internacionalização;

c) O desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e tecnologias avançadas, por forma a responder às rápidas evoluções do mercado e, nesse âmbito, corresponder eficazmente à realização e transferência, em tempo útil, de soluções optimizadas junto do tecido empresarial, como garante do crescimento sustentado da economia portuguesa;

d) A colaboração na formação dos recursos humanos para reforço das suas qualificações e competências, directamente ligadas a processos de modernização e inovação;

e) O estabelecimento de contratos-programa com entidades públicas ou privadas, visando o INESC Microsistemas e Nanotecnologias intervenções estruturadas e programáticas de médio prazo;

f) A publicação dos resultados da sua actividade e a difusão de uma cultura científica e tecnológica nas suas áreas de actuação;

g) A promoção de iniciativas orientadas para o debate sobre experiências e inovações, organizando colóquios, seminários, grupos de estudos ou quaisquer outras formas de trabalho colectivo;

h) O exercício de quaisquer outras actividades que o conselho geral ou a direcção entendam dever prosseguir.

CAPÍTULO II

Associados

Artigo 3.º

1 — Podem ser associados efectivos do INESC Microsistemas e Nanotecnologias pessoas colectivas públicas ou privadas que, em razão das suas competências específicas, áreas de actividade e objectivos, possam dar um contributo relevante para a prossecução dos objectivos do INESC Microsistemas e Nanotecnologias.

2 — Consideram-se associados efectivos fundadores as pessoas colectivas públicas ou privadas que intervenham no acto de constituição do INESC Microsistemas e Nanotecnologias, bem como aquelas que sejam admitidas pelo conselho geral, no prazo de um ano após a sua constituição.

3 — A adesão de novos associados efectivos far-se-á sempre a requerimento da entidade interessada, no qual serão especificados os motivos por que pretende aderir ao INESC Microsistemas e Nanotec-